

EDITORIAL INTERNACIONAL

DECAPITAÇÃO E O FIM DA POLÍTICA¹

INTERNATIONAL EDITORIAL

DECAPITATION AND THE END OF POLITICS

Boaventura de Sousa Santos

Sobretudo Israel, mas também os EUA, têm vindo a dar uma nova actualidade ao conceito de decapitação como arma de violência política. Escusado será dizer que esta arma viola todas as convenções internacionais contemporâneas sobre a guerra. A normatividade internacional que regeu o mundo com relativa eficácia depois da Segunda Guerra Mundial foi enterrada depois do 11 de Setembro de 2001, quando os altares jurídicos de Harvard proclamaram a fatwa segundo a qual era legítimo torturar os supostos inimigos para além dos limites até então estabelecidos pela doutrina dominante dos direitos humanos. A partir de então, uma vez que o inimigo seja declarado como terrorista, a destruição da sua vida deixa de ser uma questão de legitimidade e passa a ser uma questão de oportunidade e de eficácia. O terrorismo é toda a ameaça à segurança nacional que não pode ser combatida diplomaticamente, ou seja, por meios pacíficos. Ter o privilégio de nomear quem é terrorista, ou quem ameaça a segurança de quem, passou a ser o princípio da política. Tragicamente, este princípio da política é também o fim da política.

10

¹ Publicado no site português A VIAGEM DOS ARGONAUTAS em 30/03/2026.
<https://aviagemdosargonautas.net/2026/03/30/decapitacao-e-o-fim-da-politica-por-boaventura-de-sousa-santos/>

A decapitação, tanto literal (decepar a cabeça) como figurada (eliminação radical de um indivíduo que simboliza uma luta, uma organização ou uma ideia colectivas) tem uma longa tradição. Combina de uma maneira única o horror da eliminação e a orgia do triunfo, da vitória ou da vingança. Freud escreveu em 1922 que decapitar significa castrar; é o modo como o inconsciente se apresenta de modo transformado à consciência do indivíduo. A sua análise incide na mitologia da cabeça da górgona Medusa decepada pelo semideus Perseu. Os líderes políticos ou outros que recorrem à decapitação manipulam essa pulsão inconsciente para transmitir a ideia de um poder sem limites (redução do inimigo à máxima impotência) e de uma eficácia igualmente sem limites (extermínio individual, que é também colectivo).

A tradição cultural da decapitação tem as suas máximas expressões na arte e na literatura. A cabeça de João Baptista é decepada a pedido da mãe de Salomé, Herodias, pelo facto de ele se ter oposto à relação incestuosa entre Herodias e Herodes. Judite, a viúva judia salva a sua cidade de Betúlia da invasão assíria ao seduzir e decapitar Holofernes, o general assírio de Nabucodonosor. Golias, o gigante filisteu fortemente armado, foi derrotado pela pedra disparada pela funda de David. Este, ao ver Golias no chão, cortou-lhe a cabeça com a própria espada do gigante. Numa variação desta tradição, Sansão, o juiz israelita todo poderoso, perdeu todo o seu poder e foi capturado pelos filisteus quando Dalila, uma filisteia infiltrada, o seduziu e lhe cortou o cabelo, depois de descobrir que o poder de Sansão residia no cabelo que ele nunca cortara.

O fascínio pela decapitação foi irresistível para os pintores da Renascença. Com o seu gosto pela violência realística, Caravaggio immortalizou muitas destas decapitações na sua pintura: Medusa em 1597, Holofernes em 1599, João Baptista em 1608 e Golias em 1609-10. Outros pintores da Renascença vincaram em quadros belíssimos o simbolismo político-cultural da decapitação. Por exemplo, Donatello, em 1408-9, e Michelangelo, em 1508-12, immortalizaram a vitória de David sobre Golias; Artemísia Gentileschi, a

decapitação de Holofernes em 1612-21; Francesco Cairo, em 1625-30, a decapitação de João Baptista. Não é objectivo deste texto analisar as dimensões eróticas ou leituras psicanalíticas das decapitações ou dos pintores que as imortalizaram (acção de mulheres nos casos de Salomé, Judite e Dalila; a homossexualidade de Caravaggio ou de Donnatello)². Pretendo antes analisar o papel que a decapitação desempenha nas lutas e guerras contemporâneas.

A decapitação como instrumento da violência contemporânea

Como referi, a decapitação consiste na eliminação/neutralização de um indivíduo como modo, simultaneamente espectacular e económico, de eliminar/neutralizar as lutas, as organizações ou as ideias que esse indivíduo representa. Etimologicamente, decapitação deriva da palavra latina *caput* que significa cabeça. Figurativamente, foi usada como significando chefe, líder ou liderança, nascente. É nesse sentido que é hoje usada nas guerras irregulares e ilegais levadas a cabo por Israel e EUA. Decapitar significa eliminar um indivíduo considerado inimigo que representa de modo especial uma ameaça inimiga colectiva. Na medida em que for possível e eficaz, a decapitação é um atalho precioso porque permite de um só golpe atingir um alvo que, se atacado colectivamente, exigiria muitos golpes e muitos meios. O fantasma que assombra a decapitação é a Hidra de Lerna. Na mitologia grega, a Hidra de Lerna era um monstro com corpo de dragão e várias cabeças de serpente. Segundo algumas versões deste mito, sempre que se cortava uma cabeça cresciam duas no seu lugar.

A decapitação está sempre relacionada com uma luta violenta. É a guerra e a metonímia da guerra. O âmbito da decapitação tem vindo a ser ampliado na mesma medida

² Entre muitos outros, Laurie Schneider “Donatello and Caravaggio: The Iconography of Decapitation”. *American Imago*, 1976, Vol. 33, 76-91; Bronwen Wilson “The Appeal of Horror: Francesco Cairo’s “Herodias and the Head of John the Baptist”. *Oxford Art Journal*, 2011, Vol. 34, No. 3, 355-372; Allie Terry “Donatello’s decapitations and the rhetoric of beheading in Medicean Florence”. *Renaissance Studies*, 2009, Vol. 23, No. 5, 609-638.

em que o conceito de guerra tem vindo a abranger mais tipos de lutas violentas: guerra entre países, guerra civil, guerra cultural, guerra religiosa, guerra familiar, guerra comercial. Podemos hoje distinguir três tipos de decapitação: o assassinato (morte física), a prisão (morte política), o cancelamento (morte cívica). Os três tipos implicam morte, mas mortes de tipos diferentes. A morte física é o desaparecimento público e privado irreversível, com excepção, no mundo católico, dos que são beatificados ou santificados post-mortem. A morte política é o desaparecimento público ilegal, irreversível ou não, e a manutenção da vida privada em condições mais ou menos precárias e indignas. O caso de Lula da Silva, Presidente do Brasil, é o exemplo mais recente e significativo de desaparecimento público reversível. A morte cívica não implica nem assassinato nem prisão; tal como na morte política, implica a manutenção da vida privada em condições mais ou menos precárias e indignas, mas, ao contrário da morte política, o desaparecimento público tende a ser irreversível.

Em todos estes tipos, a morte individual é visada para produzir a morte colectiva de uma luta, organização ou ideia. Em tempos recentes, temos assistido a vários casos destes três tipos de decapitação. Os mais recentes e conhecidos são: o assassinato de Ali Khamenei e mais dirigentes religiosos no Irão; a captura e prisão de Nicolas Maduro, Presidente da Venezuela; os cancelamentos de intelectuais de esquerda produzidos pela chamada *cancel culture* ou, mais propriamente, *cancel barbarism*.

A ampliação dos modos de decapitação significa o aumento e a diversificação da violência nas sociedades contemporâneas que, por sua vez, está associado ao crescimento das forças políticas de extrema-direita, laicas ou religiosas.

A decapitação como fenómeno político

Como qualquer outro fenómeno político, a decapitação gera um discurso dominante que deve ser analisado segundo o procedimento que designo por sociologia das ausências.

Quer como discurso quer como prática, a decapitação cria um campo analítico que promove certas discussões e omite outras. O discurso dominante afirma-se na medida em que o conceito de discussão omitida é, ele próprio omitido, e consequentemente a opinião pública é levada a crer que não há nada mais para discutir para além do que foi discutido. Esse discurso, além de dominante, é também hegemónico quando a ideia que nada mais há para discutir é subscrita pelas classes que mais beneficiariam com a discussão dos temas que não se discutem. Vejamos como funciona uma sociologia das ausências neste campo.

Legitimidade ou eficácia

O que se tem publicado no mundo académico sobre a decapitação como instrumento político incide quase exclusivamente sobre a eficácia da decapitação. Por exemplo, discute-se sobre qual foi a eficácia do assassinato de Osama bin Laden na actividade da Al-Qaeda, dos líderes do Hamas e do Hezbollah na actividade das suas organizações, ou da prisão de Abimael Guzman na actuação do Sendero Luminoso, ou da prisão de Abdullah Öcalan na luta dos curdos organizada pelo Partido dos Trabalhadores Curdos (sigla PKK).

14

A questão da eficácia passou a dominar os estudos sobre a decapitação a partir do momento em que os documentos oficiais produzidos nos EUA depois do 11 de Setembro (nomeadamente, a *National Strategy for Combating Terrorism*, de 2003) afirmavam que a decapitação era um instrumento eficaz porque o líder terrorista tendia a ser o catalisador da acção terrorista. O assassinato do líder conduziria, mais tarde ou mais cedo, ao colapso da organização. Imediatamente depois do assassinato de Abu Musab al-Zarqawi, George W. Bush anunciava que a Al Qaeda tinha sofrido um golpe fatal. Com o tempo, a questão da eficácia da decapitação foi estendida a regimes e organizações consideradas particularmente hostis. Por exemplo, o crime organizado do narcotráfico. Qual foi a eficácia do assassinato de Pablo Escobar? Por outro lado, ao longo das últimas décadas dezenas de regimes e organizações foram consideradas terroristas pelos EUA. A mais recente é, como sabemos,

o Irão onde a decapitação de líderes políticos, militares e de cientistas tem sido uma prática corrente. A Inteligência Artificial de certas empresas (por exemplo, Palantir) e as novas tecnologias letais estão hoje postas ao serviço da decapitação.

A ideia da decapitação é antiga, sobretudo no que respeita a líderes carismáticos. No período mais recente, pós-Segunda Guerra Mundial, a decapitação tem sido um instrumento de violência política abundantemente utilizado contra líderes políticos ou religiosos. De Patrice Lumumba a Aldo Moro, de Indira Gandhi a Olof Palme, de Yitzhak Rabin a Benazir Butto, de Oscar Romero a Martin Luther King, de Mahatma Gandhi a John Kennedy. Calcula-se que, entre 1959 e 2000, Fidel Castro tenha sido alvo de mais de 600 tentativas de assassinato organizadas pela CIA e por exilados cubanos, algumas delas bem bizarras, como charutos ou canetas envenenadas.

O uso massivo da decapitação e a frustração dos decapitadores por, na maior parte das vezes, não terem alcançado os seus objectivos, têm conduzido à necessidade de fazer análises mais rigorosas, e disso se têm ocupado sobretudo os especialistas em segurança e contraterrorismo. Por exemplo, Jenna Jordan analisou 298 casos de decapitação de líderes entre 1945 e 2004 e utilizou várias variáveis para chegar a uma conclusão relativamente pessimista quanto à eficácia da decapitação³.[\[ii\]](#) Em suma, o fantasma da Hidra de Lerna assombra a decapitação e os seus empresários.

A sociologia das ausências

Como é possível que em sociedades democráticas a discussão sobre a decapitação se reduza à sua eficácia? Uma sociologia das ausências revela que quase nada se tem escrito sobre a legitimidade ética e política da decapitação, sobretudo quando ela é praticada por

³ Jenna Jordan, “When Heads Roll: Assessing the Effectiveness of Leadership Decapitation”, *Security Studies*, 18:4, 2009, 719-755. Outros estudos dão conta da mesma reserva no que respeita à decapitação de líderes do narcotráfico, por exemplo no México. Brian J. Phillips, “How Does Leadership Decapitation Affect Violence? The Case of Drug Trafficking Organizations in Mexico”. *The Journal of Politics*, Vol. 77, No. 2, 2015, 324-336.

agentes de Estados que se dizem democráticos. Esta ausência é perturbadora porque para quem está fora do mundo fechado da segurança e do contraterrorismo a questão ético-política é a que deve merecer mais atenção. Sobretudo se tivermos em conta que a decapitação é um instrumento violento cada vez mais normalizado e a capacidade de decapitar com êxito é cada vez maior devido aos avanços da inteligência artificial e das tecnologias letais.

Acresce que o campo dos alvos da decapitação está a ampliar-se cada vez mais para atingir todos aqueles que se distingam pela oposição à violência política, religiosa ou ideológica instalada, mesmo que disfarçada de democracia, sejam eles líderes políticos, militares, cientistas de áreas estratégicas, líderes de opinião. Por último, tenha-se em mente que a decapitação é multiforme e é capaz de matar fisicamente, politicamente e civicamente. A distribuição social destes três tipos de morte no interior dos países e nas relações entre países deve ser uma preocupação crescente da política democrática. E o mais grave é que qualquer destas mortes contém estilhaços das outras.

Luta de classes, democracia e decapitação

A decapitação é o tipo de luta de classes que mais bem disfarça a existência de luta de classes. Ao visar indivíduos específicos, a decapitação desloca o campo político dos conflitos sociais entre classes ou grupos sociais para o empreendedorismo político individual de líderes concebidos como metonímias de inimigos colectivos. Tem, pois, o efeito de desarmar aqueles que acreditam nas lutas colectivas contra desigualdade, a discriminação e a injustiça com a convicção de que os líderes só lideram na medida em que obedecem aos que participam nas lutas. O mandato dos líderes indígenas latino-americanos é neste contexto de importância crucial: mandar obedecendo.

Mas o desarme atinge ainda um nível mais profundo: é o desarme da luta pacífica e democrática, assente na luta regulada entre adversários e não na luta selvagem entre inimigos ou na luta extremista entre o Bem e o Mal.

A normalização do uso da decapitação pressupõe que quem a usa tem o privilégio de designar como terrorista ou inimigo qualquer país, regime ou organização que se oponha aos seus interesses. Numa perversão da famosa frase de Carl von Clausewitz (“a guerra é a continuação da política por outros meios”), a decapitação é hoje, segundo o pensamento dominante (e hegemónico?), a guerra continuada por outros meios. É o fim da política e da diplomacia, enfim, das relações, normas e instituições internacionais. Ao contrário do que propunha Clausewitz, a guerra deixou de ser o último recurso depois de a diplomacia falhar. Agora, o fracasso da diplomacia é intencionalmente produzido pela decapitação para que a guerra seja o único meio de prevalecer. As relações de Israel-EUA com o mundo árabe no Médio Oriente são uma flagrante demonstração disso. O fim da democracia decorre do fim da política, tal como o fim da política decorre do fim da democracia. Não me refiro à democracia liberal. Refiro-me à democracia como soberania popular/democracia da terra. O fim da separação humanidade/natureza como condição da sobrevivência da totalidade que elas exprimem e que o pensamento eurocêntrico dominante nega.

Não podemos excluir a possibilidade de a defesa da democracia enquanto soberania popular e democracia da terra vir a exigir no futuro a luta armada, a guerra revolucionária, um novo tipo de guerra de libertação contra o colonialismo-capitalismo que parte do pressuposto que o capitalismo não se sustenta sem o colonialismo e que, por isso, as independências políticas dos séculos XIX e XX não significaram o fim do colonialismo, mas apenas o fim de um certo tipo de colonialismo. Esta guerra revolucionária/de libertação, que traz agora no seu bojo a libertação da natureza, visará o regresso da política, ao contrário da guerra-decapitação levada atualmente a cabo pelas classes dominantes ou, mais

precisamente, por um sector da burguesia global. Há, pois, que precisar a inversão de Clausewitz.

A inversão de Clausewitz

Ao defender que a guerra é a continuação da política por outros meios, Clausewitz converte a guerra num instrumento da política, um meio para o fim. A guerra é posta ao serviço de uma estratégia política. Esta estratégia é, por definição, a criação de uma nova ordem social que não precise da guerra para se sustentar. Essa nova ordem não significa de modo nenhum que a sociedade de classes tenha chegado ao fim. Significa apenas que a classe dominante triunfante pode governar sem recurso à desordem da guerra. E para isso é preciso fazer análises de custo-benefício de médio e longo prazo. Nisso consiste a estratégia política.

18

A inversão de Clausewitz na guerra-decapitação em curso levada a cabo pelas classes dominantes consiste em transformar a guerra num fim em si mesmo. E, nessa medida, dispensa o conceito de estratégia que é específico da razão política. A guerra enquanto fim em si mesmo só tem um objectivo, a destruição do inimigo a qualquer preço. Esse objectivo é guiado pela dança macabra dos patamares da escalada. A armadilha da escalada pode envolver a destruição ou a derrota de quem provoca a guerra. Tal destruição ou derrota significa o paroxismo da negação da estratégia política.

Se a questão da guerra revolucionária/de libertação se vier a pôr no futuro como meio para defender a democracia como soberania popular e democracia da terra, ela visará repor o conceito da estratégia política, desta vez ao serviço das classes populares e da natureza. Tem, pois, de ser o oposto da guerra-decapitação em curso. Será violenta apenas

no sentido de que tem de violar a (des)ordem imposta. É impossível imaginar como será, excepto como utopia, o único modo de pensar a história do futuro.

Imagino uma greve geral da sociedade global que se ergue contra a guerra. Será uma guerra classista ou interclassista? O problema principal da guerra revolucionária, isto é, do novo tipo de guerra de libertação não é definir com quem se faz a guerra, mas antes definir contra quem se faz a guerra. É que a greve geral da sociedade global que eu imagino tem de incluir a greve dos trabalhadores que produzem as armas, que transportam as armas e que usam as armas nos terrenos da guerra, que podem ser computadores e centros de dados. Ou seja, tem de incluir todos aqueles cujo único modo de ganhar o salário e, portanto, de ser explorados, é contribuir, enquanto trabalhadores, para uma guerra que visa liquidá-los enquanto cidadãos.